

**PARA PREENCHIMENTO PELA ENTIDADE SOLICITANTE APÓS AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE INFORMAÇÃO
SUJEITA A SEGREDO ESTATÍSTICO - (LEI N.º 22/2008 DE 13 DE MAIO)**

COMPROMISSO DE SIGILO

Nos termos da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio, que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional, designadamente do disposto no n.º 6 do artigo 6.º e de acordo com o deliberado pela Secção Permanente do Segredo Estatístico no âmbito da aprovação por procedimento escrito, conforme 4ª Deliberação da Secção, em 31 de agosto de 2009, a Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), compromete-se a:

1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), relativos a informação estatística confidencial sobre Operadores económicos do comércio internacional - apenas exportadores, com nomes, moradas, CAE principal, identificação de produtos, mercados, valores e quantidades, a 8 dígitos da Nomenclatura Combinada (NC), referentes a 2019 e a 2020, usando-os exclusivamente para os fins mencionados no segundo considerando;
2. Utilizar a informação para efeitos de análise interna, sem prejuízo da aplicabilidade do artigo 6.º da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio, não procedendo à sua divulgação de forma direta pois para efeitos de divulgação de indicadores sobre as estatísticas do Comércio Internacional deverá a AICEP utilizar a base de dados com o tratamento do segredo que lhe será fornecida pelo INE;
3. Que a informação estatística por empresa, cedida pelo Instituto Nacional de Estatística no âmbito desta Deliberação, não pode ser objeto de divulgação individual nem pode ser utilizada para atualização da base de empresas, exportadoras e importadoras, constante do sítio da AICEP;
4. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística disponibilizada, contra o acesso não autorizado, a difusão, a alteração, a destruição accidental ou ilícita, ou a perda accidental;
5. Utilizar a informação somente para as finalidades para que foi cedida, e enquanto necessária, procedendo à sua destruição logo que deixe de ser necessária para aquelas finalidades, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros;
6. Enviar ao CSE o resultado de estudos ou trabalhos desenvolvidos a partir da informação estatística cedida, logo que esteja concluído.

Lisboa, de

de 2021

Nome ()

Cargo ()